

# SOCIOCOGNIÇÃO: UMA ABORDAGEM RELEVANTE PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDO<sup>1</sup>

Tânia Brisanti Ferreira  
Departamento de Letras – UFRN

## Resumo

A abordagem sociocognitiva, inserida na Linguística Textual contemporânea, busca responder questões semânticas - tais como, processos de referenciação, categorização, inferenciação etc. - com a hipótese de que as relações de sentido não são estabelecidas dicotomicamente entre pensamento/linguagem ou mundo/ linguagem, mas sim, triadicamente, atrelando todos os elementos dessas vertentes, ou seja, aglutinando: mente/ linguagem/ mundo. A linguagem, nessa possibilidade, não é vista como a representação dos referentes mundanos, ou como mera competência de habilidades cognitivas inatas, mas sim, como o local onde, concomitantemente, a exterioridade (o cultural, o social e o histórico) se relaciona com os processos internos (nossos esquemas mentais), construindo discursiva e intersubjetivamente “versões públicas do mundo”. O presente trabalho busca demonstrar como essa abordagem pode ser vista como uma ferramenta teórica relevante para o entendimento dos processos de construção de sentido, bem como suas possíveis e variadas aplicabilidades.

**Palavras-chave:** sociocognição, linguística textual, filosofia da linguagem, semântica

## 1. Linguagem, cognição e cultura: elementos imprescindíveis para o entendimento dos processos de construção de sentido

*A gramática, definindo o uso, faz divisões legítimas e falsas.  
Divide, por exemplo, os verbos em transitivos e intransitivos;  
porém, o homem de saber dizer tem muitas vezes que converter  
um verbo transitivo em intransitivo para fotografar o que sente (...)  
Se quiser dizer que existo, direi “Sou”.  
Se quiser dizer que existo com alma separada, direi “Sou eu”.  
Mas se quiser dizer que existo como entidade que a si mesma se dirige e forma,  
que exerce junto de si mesma a função divina de se criar,  
como hei de empregar o verbo “ser” senão convertendo-o subitamente em transitivo?  
E então, triunfalmente, antigramaticalmente supremo,  
Direi “Sou-me”.  
Livro do Desassossego*

Diversas perspectivas filosóficas buscaram e buscam compreender como é possível estabelecermos sentido para nosso entorno sociocultural. Esse, sem dúvida, sempre foi um dos temas centrais do pensamento ocidental, uma vez que a linguagem, desde os antigos gregos, ocupou papel relevante nos processos de construção ou representação da “verdade”, o que veio influenciar, implícita ou explicitamente, toda a história dos estudos linguísticos.

A idéia de que a linguagem representaria estruturas lógicas da mente vigorou durante muito tempo indo até, aproximadamente, o final do século XIX, com os estudos

---

<sup>1</sup> O presente trabalho integra, em parte, o meu texto de qualificação do mestrado, intitulado: “A construção discursiva da realidade pessoal ‘O Livro do Desassossego’ .”

oriundos da Filosofia Analítica. Portanto, essa concepção de linguagem, como reflexo de estruturas fixas e universais que existiriam em nossas mentes, extrapola os limites da própria Linguística.

No século XX, os estudos de base empírica passaram a defender a idéia de que nossas mentes seriam uma espécie de “tábula rasa” e que, portanto, todo o conhecimento deveria ser explicado como proveniente de nossas experiências com os dados. O estruturalismo linguístico americano, por exemplo, buscou na hipótese behaviorista da psicologia respostas sobre como se dá a aquisição da linguagem. De acordo com Cezario e Martelotta (2008, p.207):

O estruturalismo americano (...) buscou na psicologia behaviorista a explicação para a aprendizagem de língua. Segundo essa corrente da psicologia, os conhecimentos são adquiridos através das experiências vividas. A aprendizagem dá-se através de respostas bem-sucedidas a determinados estímulos do meio, a repetição das respostas associadas aos estímulos é fundamental para a aprendizagem. O behaviorismo teve muita influência sobre a linguística e, por muitas décadas, serviu de base para o ensino de línguas estrangeiras e também para o ensino em geral.

Podemos afirmar, portanto, que, em se tratando das relações entre linguagem, mente e mundo, encontramos dois posicionamentos distintos: por um lado, aquele que privilegia as experiências vivenciadas pelos homens em contextos sociais específicos, centrando-se nos sujeitos como receptáculos do social; por outro, o que se volta, particularmente, para o papel das estruturas mentais, considerando os sujeitos seres adâmicos, podemos dizer. A abordagem clássica dos estudos cognitivos<sup>2</sup>, inspirada na segunda tendência, buscou entender, dentre outras questões, o funcionamento da mente. Como nos afirmam Koch e Cunha-Lima (2004, p.252),

As ciências cognitivas, partindo de inovações na investigação da natureza do raciocínio lógico-matemático, introduzidas principalmente por lógicos (...), mostraram que investigar os processos inteligentes e a inteligência em geral é uma empreitada científica possível. Os processos mentais e a mente foram reabilitados como objetos de investigação, e seu estudo tornou-se o objetivo fundamental dessa nova ciência.

Essa abordagem dos estudos cognitivos, característica da primeira metade do século XX, buscou descrever e explicar como o conhecimento se estrutura na mente. A Lógica, a Matemática, a Psicologia, as Neurociências e as Ciências da Informação foram alguns dos campos que se aproximaram para desenvolver a *cibernética*, termo que, durante as décadas de 40 e 50 do século XX, caracterizou os estudos da cognição em sua primeira fase.

Na Linguística, a ciência cognitiva foi representada pela Teoria Gerativa, que tem como marco inicial o livro *Estruturas sintáticas*, publicado no ano de 1957 por Noam Chomsky. O gerativismo retomou o debate sobre a natureza e o funcionamento da linguagem a partir de bases racionalistas, reivindicando uma análise que, necessariamente, tinha que considerar a interdependência entre linguagem e cognição. Nesse sentido, Chomsky (1986, p.16) postula, exclusivamente para a espécie humana, a existência de um

equipamento biológico que é a «faculdade da linguagem», a componente inata da mente/cérebro que dá origem ao conhecimento da língua quando

---

<sup>2</sup> A expressão “cognitivismo clássico” é usada por Koch e Cunha Lima (2004) para fazer referência à abordagem cognitivista, característica da primeira metade do século XX, fortemente influenciada pelo pensamento cartesiano.

confrontada com a experiência lingüística, que converte a experiência num sistema de conhecimento. (...) Se pudermos descobrir algo acerca dos princípios que contribuem para a construção deste sistema cognitivo particular, os princípios da faculdade da linguagem, podemos avançar em direção à solução de, pelo menos, um caso especial e bastante importante do problema de Platão<sup>3</sup>. Podemos, então, perguntar se estes princípios são ou não generalizáveis a outros casos, se uma abordagem que atinja um certo grau de êxito explicativo no caso da linguagem humana pode, pelos menos, funcionar como um modelo sugestivo para investigações semelhantes noutros domínios cognitivos.

Na concepção gerativista, a língua passa a ser vista como uma faculdade mental natural, algo que é inato, interior e que, portanto, não pode ser determinado pelo social, como pensavam os behavioristas e os estruturalistas americanos. A linguagem passa a ser analisada de forma matemática e abstrata, e a gramática vista como uma propriedade universal, um conjunto finito de regras a partir do qual todos os sujeitos seriam capazes de produzir um número infinito de frases.

O chamado cognitivismo clássico, de uma maneira em geral, compreendia o cérebro como uma espécie de máquina. Conforme nos faz entender Koch e Cunha-Lima (2004, p.252),

O entusiasmo da época levou a acreditar que “pensar é calcular” e que, portanto, pensar é uma atividade mecânica apreensível pelo homem por meio da Lógica, da Matemática e da Física. Inaugura-se, então, a compreensão de que fenômenos mentais como o cálculo, a inferência, a tomada de decisão, poderiam ser estudados como sistemas lógicos e mecânicos.

A concepção de mente adotada pela perspectiva cognitivista clássica foi então revista, abrindo caminhos que permitirão a inclusão de aspectos exteriores para a compreensão dos processos cognitivos. Ainda de acordo com Koch e Cunha-Lima (*ibidem*, p. 271),

(...) a concepção de mente do cognitivismo clássico é abalada em três pontos fundamentais: 1. a computação não necessariamente é simbólica; 2. mente e corpo não são duas entidades estanques; a concepção da mente desligada do corpo começa a cair como um todo, quando várias áreas das ciências (neurobiologia, antropologia, linguística) começam a investigar com mais vigor esta relação e vêem que muito da nossa razão tem por base mesma a nossa percepção e a capacidade de atuação física no mundo; 3. as atividades cognitivas não estão separadas das interações com o meio, nem, obviamente, da vida social, questão pela qual mais nos interessaremos.

A partir dessas mudanças, vários pesquisadores, em diferentes áreas, passaram a adotar uma nova concepção acerca da cognição, atrelando-a a fatores “externos”, tais como sociedade, cultura, história, dentre outros.

## **2. A mudança de direção dos estudos cognitivos: a *mente corporificada***

Entre as décadas de 70 e 80 do século passado, alguns autores passam a estabelecer pressupostos que apontam, por exemplo, para o entendimento de que a significação não se baseia numa relação entre símbolos e dados do mundo. De acordo com essas novas propostas,

<sup>3</sup> Chomsky resume o que ele chama de *problema de Platão* como sendo a necessidade de explicarmos como sabemos tanto quando a evidência que nos é acessível é tão escassa.

o sistema conceptual, que emerge da experiência humana de cada dia, é a base para a semântica da língua natural. Assim sendo, o sistema conceptual que emerge de nossas experiências físicas e culturais serve-nos de base para a compreensão de uma realidade mais abstrata que constitui o mundo das idéias.

Para muitos autores, essa nova perspectiva cognitivista se torna explícita, nos últimos quarenta anos, na trajetória que, partindo dos estudos clássicos na área de categorização cognitiva e cultural desenvolvidos durante a década de 70, culmina nas duas obras consideradas clássicos da assim chamada Linguística Cognitiva: *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind* (LAKOFF, 1987) e *Foundations of Cognitive Linguistics* (Langacker, 1987).

De acordo com Passegi (2006, p.24),

Atualmente, a linguística cognitiva compreende cinco correntes teóricas principais: a gramática cognitiva (*Langacker*), a teoria da metáfora conceitual (*Lakoff e Johnson*), a teoria da integração conceitual (*Fauconnier e Turner*), a *frame semantics* (*Fillmore*) e as várias “gramáticas de construções”, igualmente baseadas nos trabalhos de Fillmore. Entre os autores que não se filiam diretamente a essas correntes, mas cuja contribuição é decisiva para a área, destacamos Talmy (2001, 2003), pioneiro da semântica cognitiva, e Chafe (1994, 1998), com seus trabalhos sobre o discurso e o fluxo da consciência.

Como exemplos dessas variadas abordagens cognitivistas, podemos acrescentar, ainda, a proposta de uma “Antropologia cognitivo-cultural”, conforme formulação de Vilela (2003), e as propostas apresentadas por um grupo de autores franco-suíços (Projeto *Cognisciences*), entre os quais Apothéloz, Mondada, Dubois, dentre outros, que tratam dos processos de referenciação.

Vilela (2003, p. 186-187), caracterizando o que ele define como sendo o uso de uma Antropologia cognitivo-cultural na análise linguística, acrescenta ainda que

(...) os símbolos e as categorizações através das quais representamos a nossa experiência e a realidade não provêm apenas da nossa estrutura corporal ou mental, mas constituem convenções e adaptações a uma realidade cultural e social. Uma cultura consiste numa rede de sistemas de significado, concepções e esquemas interpretativos que se geram, aprendem, ativam, constroem e se mobilizam em práticas sociais, normas impostas por instituições, incluindo as linguísticas. (...) As emoções não são apenas sentimentos, mas também disposições episódicas para comportamentos, atuações, respostas ou reações relativamente a uma norma social. Há emoções que são hipervalorizadas, hipercognitivizadas. É o modelo cultural e o modelo cognitivo a interpenetrarem-se.

O autor, atento aos modelos cognitivo-culturais que orientam a interpretação dos estados emocionais, postula que as estratégias de interpretação dos dados emocionais são mediadas pelas redes de conhecimento que se transformam em modelos mentais ou modelos culturais dos falantes. Uma das conseqüências desse fato é que, embora seja o indivíduo o *locus* do emocional, “é o envolvimento social que determina que emoções se exprimem ou se silenciam, onde, quando, para que fim, quais as razões da sua manifestação ou do seu silenciamento” (*ibidem* pág.187).

Assim sendo, podemos concluir que os esquemas mentais estão absolutamente imbricados com os esquemas sócio-culturais e, que, por sua vez, a linguagem pode ser compreendida como a superfície onde esse imbricamento se manifesta.

### **3. A abordagem sociocognitiva e sua concepção de linguagem, de cognição e de mundo**

[...] os símbolos e as categorizações através das quais representamos a nossa experiência e a realidade não provêm apenas da nossa estrutura corporal ou mental, mas constituem convenções e adaptações a uma realidade cultural e social. Uma cultura consiste numa rede de sistemas de significado, concepções e esquemas interpretativos que se geram, aprendem, ativam, constroem e se mobilizam em práticas sociais,

normas impostas por instituições,  
incluindo as lingüísticas.  
(MÁRIO VILELA).

Na perspectiva da abordagem sociocognitiva, a linguagem é vista não como uma representação dos referentes mundanos, ou mera competência de habilidades cognitivas inatas, mas o local onde, dialeticamente, a exterioridade (o cultural, o social e o histórico) se relaciona com os processos internos (nossos esquemas mentais), construindo discursiva e intersubjetivamente versões públicas do mundo. De acordo com Marcuschi (2005, p.69),

Conhecer um objeto como cadeira, mesa, bicicleta, avião, livro, banana, sapoti não é apenas identificar algo que está ali, nem usar um termo que lhe caiba, mas é fazer uma experiência de reconhecimento com base num conjunto de condições que foram estabilizadas numa dada cultura. O mundo de nossos discursos (não sabemos como é o outro) é sócio-cognitivamente produzido. O discurso é o lugar privilegiado da designação desse mundo.

A noção de que o mundo discursivo é sociocognitivamente construído decorre da idéia de que, ainda no dizer do autor, nem o mundo e nem a mente são museus mobiliados *a priori*. Assim sendo, é possível pensar que uma poesia, uma carta, um diário, um bilhete – do mesmo modo que uma bula de remédio, uma receita médica, um tratado, um discurso político – articulam “objetos de discurso” que constroem “versões públicas” da realidade.

De acordo com Mondada e Dubois (2003, p. 17), os objetos de discurso são construtos culturais, representações constantemente alimentadas pelas atividades lingüísticas, emergindo das práticas individuais e sociais que se desenvolvem por meio de mediações semióticas complexas. Para as autoras, “os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos”. Mondada (2001, p. 9) acrescenta ainda que os objetos de discurso não são concebidos

como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados... emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

Na mesma direção, Apothéloz (2003) argumenta em favor de uma concepção construcionista da referência. Para o autor, uma vez que as representações lingüísticas não são instruções que devem se ajustar adequadamente às coisas do mundo, a língua não pode ser vista como um sistema de etiquetas utilizado para se referir às coisas deste mundo, não existindo, portanto, uma relação de correspondência – preexistente – entre as palavras e os referentes. Recusa, conseqüentemente, a existência de um mundo autônomo, já discretizado em objetos ou categorias, independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele, de modo que, sem a relação intersubjetiva e social a partir da qual são elaboradas as significações, não há representação da realidade, nem acesso a ela.

A questão da referência, posta como um problema de representação do mundo, deixa de ser pensada como a relação entre as palavras e as coisas, cedendo lugar para a problemática da referenciação, que procura entender como as atividades humanas – cognitivas e lingüísticas – estruturam e dão um sentido ao mundo. A referenciação, por tudo isso, passa a ser considerada como produzida a partir de práticas simbólicas intersubjetivas.

De acordo com essa visão, os discursos constroem aquilo a que fazem remissão sendo simultaneamente tributários dessa construção. A significação resulta de operações realizadas por sujeitos à medida que o discurso vai se desenvolvendo. Para Marcuschi (2005, p.68),

A nomeação e a referenciação é um processo complexo que precisa ser analisado na atividade sócio- interativa. A depender do ponto de vista dos interlocutores, vamos construir os seres e os objetos do mundo de uma ou outra forma. Para alguns, Tiradentes é um traidor e para outros, um herói, a depender do período histórico ou da posição ideológica dos enunciadorees. O IBGE tem enorme dificuldade de classificar as pessoas por suas cores: quem é negro, mulato, mulatinho, marrom, branco ou seja lá o que for. Existem os termos e existem as pessoas, mas não existe uma relação de determinação categorial inequívoca e estável. Se você come um abacate na Alemanha está comendo um legume e se você come um abacate no Brasil está comendo uma fruta. Se você é um cientista, diz que morcego é um mamífero, mas no nosso dia-a-dia todos admitimos que ele é uma ave. Isso mostra que as classificações são sempre agrupamentos teóricos e podem ser variados.

Mas, sem dúvida, uma das abordagens que mais evidencia a chamada “virada cognitiva” é o *Realismo Experiencialista*, proposta por George Lakoff ainda na década de 70, cuja hipótese central é a de que o significado é experiencial e que, portanto, é construído a partir de nossas interações físicas, corpóreas, com o meio ambiental em que vivemos. Daí, o conceito de *embodied mind* (mente corporificada). Nesse contexto, a metáfora passa a ser compreendida como uma figura do pensamento e é definida como um mapa entre domínios conceituais. Se, nas primeiras décadas do século XX, vigorava uma visão de cognição desvinculada do corpo e da experiência, com a teoria da metáfora conceitual, procura-se evidenciar a relação entre os fenômenos cognitivos e a experiência corpórea.

Buscando explicar questões sobre o processamento, armazenamento e estrutura das informações utilizadas em um texto, a Linguística Textual aproxima-se das ciências cognitivas. Os esquemas mentais, a memorização, a inferência e a atenção são alguns dos conceitos que passaram a ser indispensáveis aos interesses dessa nova postura frente ao texto que se desenhava na Linguística Textual, que adere a uma concepção de cognição advinda das ciências cognitivas: a cognição situada.

Essa visão de cognição possibilita o entendimento de que as questões supracitadas (memorização, inferência, atenção, transmissão de dados etc.) são resolvidas em uma sociedade, não podendo ser entendidos como um processamento interno apenas.

Em conjunto, essas reflexões nos levam ao entendimento da cognição como sendo um fenômeno situado e social, o que justificaria o rótulo de “Cognitivismo Social” para esses estudos, ou “sociocognição”. Concluímos, portanto, que as distâncias entre diversos campos do conhecimento se estreitam para entender questões relativas à linguagem, ao mundo e aos sujeitos.

#### **4. A sociocognição e algumas de suas possíveis aplicabilidades**

[...] é o envolvimento social que determina que emoções se exprimem ou se silenciam, onde, quando, para que fim, quais as razões da sua manifestação ou do seu silenciamento (MÁRIO VILELA).

A partir dos pressupostos da abordagem sociocognitiva podemos concluir que não há nada que traga uma essência captada pela linguagem e apreendida pelo cérebro, mas sim, construções, versões...

A língua *dá trato* ao mundo e não discorre, simplesmente, sobre ele. É no ato de “falar sobre” que ela cria, elabora, engendra, reescreve o mundo. Nesse sentido, como observa Franchi (1992, p.31-32), não há “nada imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva”, assim como não há “nada de universal salvo o processo de tal atividade”.

Desse modo, a linguagem não é tomada como um “dado” ou “representação” de esquemas mentais ou de estruturas socioculturais, mas como um acontecimento que envolve, de forma imbricada, processos discursivos, cognitivos e gramaticais.

Sabemos que os textos resultam de um trabalho intersubjetivo, sendo o lugar de interação e constituição dos interlocutores, comportando em si versões de realidade construídas na atividade discursiva. Sendo assim, seu estudo envolve uma conscientização da importância de se adquirir e produzir conhecimentos não apenas sobre formas e competências especificamente lingüísticas. S

Somados a esses, são igualmente necessários conhecimentos cognitivos e sociais, envolvidos na organização, produção, compreensão e funcionamento dos textos, assim como sobre o seu papel na consolidação e estruturação das formas de crença e ordenação sociais. Ativamos, no ato de leitura e da escrita, modelos de situação, de compreensão, expectativas, conhecimentos de mundo etc, que orientam e guiam de modo determinante a nossa produção e compreensão.

Pensando assim, conjeturamos ser importante refletirmos sobre os sentidos construídos intersubjetivamente (e revelados nos textos), pela própria humanização que esse conhecimento pressupõe. Esses conhecimentos transcendem as salas de aula, uma vez que são constitutivos do próprio ser e, por conseguinte, do próprio mundo.

Questões como gênero e sexualidade e as representações sociais poderiam ser pensadas a partir da quebra de valores preconceituosos bem como questões etnocêntricas.

Assim sendo podemos partir da análise sociocognitiva para pensarmos questões relacionadas à mídia e as construções de realidades que traz. Podemos analisar os mecanismos didáticos partindo de conhecimentos prévios pensando sobre a importância dos *frames* já estabilizados pelos discentes para a construção de sentidos. Podemos pensar também, também a arte e seus mecanismos de construção de sentidos variados demonstrando uma concepção de linguagem e de realidade sujeitas à fatores socioculturais e históricos, etc.

No caso da Literatura, por exemplo, parto em minha dissertação de mestrado, da seguinte hipótese, os mecanismos de organização da realidade, decorrentes da

produção discursiva, ocorrem na literatura similarmente ao modo como o fazemos em nossas práticas cotidianas.

Em minha pesquisa demonstrar, mais pontualmente, como a realidade discursiva pessoal – assinalada por Bernardo Soares - nos fala de um tempo, de uma concepção de linguagem, e de um sujeito.

Parece-nos também que tais questões são da maior importância para repensarmos certas práticas de sala de aula quanto ao trabalho com o texto, de uma maneira geral, e, em particular, com relação à produção literária.

A idéia sobre o que é interpretar um texto está atrelada diretamente à concepção de linguagem de que parte o professor. No caso da linguagem ser entendida como uma ferramenta para “representação”, caberia ao leitor “descobrir” os referentes por ela representados. Se, por outro lado, a linguagem se reduz à condição de “código”, a interpretação de um texto seria, exclusivamente, uma questão de decodificação, sem a necessidade de se recorrer aos chamados “elementos extratextuais”.

Procuramos traçar um entendimento de que texto e leitor dialogam na construção da realidade, na sua “interpretação”. Entendemos que os processos de construção e elaboração de sentidos, de organização do real, se dão de maneira semelhante, a partir do trabalho conjunto dos sujeitos que, inseridos em contextos específicos, constroem âncoras discursivas na tentativa de se estabilizar a deriva simbólica.

Concluimos, portanto, que há muitas formas de partir dessa abordagem para: evitarmos preconceitos; entendermos como o homem tem crenças, ama, exclui, é excluído; entendermos um pouco sobre aspectos psicológicos que levam pessoas a terem visões “distorcidas da realidade” e adoecem, bem como tantas e tantas outras questões que possam contribuir com um pouco mais de humanidade. A mesma humanidade que nos faz atuantes cognitivamente no mundo e atingidos também por esse mundo. Tudo com o aval da linguagem!

## REFERÊNCIAS

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi e CIULLA, Alena. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: contexto, 2003, p. 53-84.

CEZARIO, Maria Maura e MARTELOTTA, Mário Eduardo. Aquisição da linguagem. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 207-216.

FRANCHI, Carlos. Linguagem: atividade constitutiva. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, IEL, n. 22, p. 9-39, 1992.

CEZARIO, Maria Maura e MARTELOTTA, Mário Eduardo. Aquisição da linguagem. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 207-216

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Ana Christina (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p.49-78.

MONDADA, Lorenza. Pour une approche conversationnelle des objets de discours. In: *Anais do II Congresso Internacional da ABRALIN*. Fortaleza: UFC/ABRALIN, 2001.

PASSEGGI, Luis. Gramática cognitiva e significado: tópicos de semântica cognitiva. In: *Odisséia*, v. 9, n. 13-14 - Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2006, p. 23-31.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

VILELA, Mário. Ter metáforas à flor da pele (ou outra forma de “ter nervos”). In FELTES, Heloísa Pedroso de Marques (Org.). *Produção de sentido. Estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, p. 181-200.